

Transformações do futebol brasileiro no século XXI

Transformations of Brazilian Football on the 21st Century

Murilo Gabrielli
Diplomático brasileiro
gabrielli.murilo@gmail.com

Enviado: 5 octubre 2021 | **Aceptado:** 1 diciembre 2021

Resumen

En este artículo analizo el contexto político y artístico del fútbol brasileño, intentando comprender cómo llegó a transformarse, desde comienzos del siglo XX hasta el presente, en una verdadera pasión nacional compartida por todas las clases sociales. Sigo al equipo nacional de Brasil desde su apogeo –con jugadores tan memorables como Pelé, Garrincha, Rivelino, Ronaldo Fenómeno y Ronaldinho Gaúcho– hasta su declive, marcado por su transformación en un equipo de mediana calidad técnica. Sostengo que esta caída se vincula con la falta de inversión en la formación y mantenimiento de los jugadores en Brasil, quienes migran cada vez antes luego de ser vendidos a equipos extranjeros, especialmente europeos.

Palabras-clave: Brasil contemporáneo, deporte, fútbol, selección brasileña.

Abstract

This article analyzes the political and artistic context of Brazilian football. I attempt to understand how football became a true national passion, encompassing all social classes, from the beginning of the 20th century to the present. I present the Brazilian national team from its heyday – with memorable players such as Pelé, Garrincha, Rivelino, Ronaldo Fenômeno, and Ronaldinho Gaúcho – to its downfall, marked by its transformation into a team of average technical quality. I argue that such downfall is related to the lack of investment in the formation and maintenance of players in Brazil, as they emigrate ever earlier after being sold to foreign teams, particularly in the European continent.

Keywords: Contemporary Brazil, sports, football, Brazilian national team.

A data exata e o nome do torneio (13 de junho e US Cup) tive de pesquisar na internet para escrever este texto. O que me recordo é de avistar o café lotado e ruidoso, em flagrante contraste com a tranquilidade de uma rua de bairro em Casablanca, Marrocos. Todos olhares fixamente pregados na pequena televisão, que exibia uma partida de futebol. Mesmo imaginando tratar-se de algum confronto local, sobre o qual nada sabia, entrei sem muito pensar no café: nunca recuso um evidente convite para ver um jogo de futebol com torcida. Estava em meio a uma longa viagem de mochila pelo leste da Europa e norte da África naquele junho de 1993, o que, somado à inexistência de internet, talvez explique o fato de não ter a menor ideia de que o que a TV marroquina naquele momento exibia era uma partida entre a seleção brasileira de futebol e a da Inglaterra, por um torneio amistoso, em Washington DC. Esse tipo de ignorância sobre o calendário de jogos da Canarinho não era muito comum em 1993, em especial da parte de um autointitulado fanático por futebol.

O jogo foi um pouco memorável 1x1. O inesquecível foi a paixão com que torciam os marroquinos para a seleção brasileira. Todas jogadas de perigo, todos dribles, todos toques com algum sinal de refinamento, eram entusiasticamente recebidos com aplausos e gritos de aprovação. Não seria justo dizer que me sentia em um bar no Brasil. Neste, a torcida seria bem menos entusiasmada, haveria muxoxos destinados ao “mero” empate. Em Casablanca, o máximo de crítica que se ouvia era pela não convocação de Valdo, então ídolo do PSG – o campeonato francês, claro, era e é acompanhado de perto pelos fãs de futebol magrebinos. Uma vitória da seleção canarinho era vista como uma vitória deles, uma vitória de um time de jogadores negros e pardos de um país subdesenvolvido contra uma seleção de uma potência imperial. Mais, um confronto em que os jogadores do time europeu se viam como os menos fortes, muitas vezes optando por uma tática defensiva. Crescera ouvindo relatos, por vezes exagerados, da idolatria dispensada ao futebol brasileiro pelo mundo. Sobre como a presença de Pelé em um campo local fora capaz de provocar uma trégua em uma guerra civil. Mas a vivência em primeira pessoa tem sempre um impacto em várias potências superior à leitura de centenas de relatos de outrem.

Minha experiência em si, pois, nada tem de excepcional. Vários brasileiros ao logo das décadas anteriores e subseqüentes terão tido epifanias semelhantes em países da África, Oriente Médio, Ásia e em alguns locais das Américas. Menciono-a porque esse ano, 1993, parece-me boa porta de entrada a um comentário sobre por onde anda o futebol brasileiro no século XXI.

A seleção brasileira vivia momentos de grande incerteza naquele ano. Já se haviam passado vinte e três anos desde a última vitória em uma Copa do Mundo. As colocações do time vinham progressivamente piorando. Em 1974 e 1978 ficara entre os quatro primeiros. Em 1982 e 1986, caíra nas quartas de final, ainda que em 1982 exibisse uma qualidade de jogo ainda hoje celebrada por fãs do esporte mundo afora. Em 1989, uma miragem de tempos melhores viera com a conquista da Copa América, após quarenta anos de jejum. As esperanças haviam sido, contudo, esmagadas já no

ano seguinte, com a eliminação já nas oitavas de final da Copa do Mundo da Itália, durante a qual a seleção brasileira exibira seu mais pobre futebol desde o Mundial de 1966. Ainda naquele ano, cerca de dois meses depois, Brasil sofreria em La Paz sua primeira derrota em uma partida válida por eliminatórias da Copa do Mundo. Pela primeira vez havia a sensação de que o time podia deixar de disputar a fase final da competição. Nada parecia indicar que aquele time, cerca de um ano depois, viria a conquistar o quinto título mundial para o Brasil.

Paralelos entre futebol e política são sempre algo arriscados. Não há nenhuma evidente relação causal entre o que sucede num e noutro campo. Mesmo falar em correlação (no sentido estatístico do tema) parece inadequado. Talvez possamos assumir o futebol de um país, de um país apaixonado por futebol, como uma figura de linguagem da situação mais geral daquela nação, uma metonímia de seu estado político, econômico e social, uma eloquente parte de um todo.

Em 1993, também o Brasil vivia momento de grande incerteza. A ditadura militar que dominara o país por décadas, finalmente havia sido formalmente encerrada com a promulgação de uma nova constituição em 1988. Em 1989, o país elegera diretamente um Presidente da República pela primeira vez em quase trinta anos. Em 1993, porém, esse presidente, Fernando Collor de Mello, já havia renunciado ao cargo quando estava prestes a ser impedido pelo Congresso Nacional. A promessa de modernização e abertura da economia, que visava a superar o ciclo de crises econômicas e hiperinflação dos quinze anos anteriores, havia redundado em um aprofundamento da crise, e de uma subida dos índices de inflação a níveis nunca antes experimentados. Havia a palpável sensação que o processo de redemocratização pudesse ser abortado já em seus primeiros anos. Nada parecia indicar que no ano seguinte finalmente se lograria controlar o processo inflacionário, e que o país começaria o mais longo período de estabilidade democrática de sua história.

Após a conquista do título mundial em 1994, a seleção brasileira viveu uma segunda idade dourada. No Mundial de 1998 seria vice-campeão. Ganharia quatro edições seguintes da Copa América: 1997, 1999, 2004 e 2007. Em 2002 viria o sexto título mundial da seleção brasileira. Pela segunda (e até agora última) vez uma seleção conquistava a Copa do Mundo apenas com vitórias. No ano seguinte, o país seria escolhido como sede da Copa do Mundo de 2014, a segunda vez na sua história em que hospedava o evento. Êxito similar foi experimentado pelos clubes de futebol brasileiros nos anos seguintes. Após décadas de triunfos bissextos na Copa Libertadores da América desde a criação da competição (por uma alternância ou coincidência de desinteresse, inexperiência e incompetência), as conquistas do São Paulo FC em 1992/93 (seguidas de vitórias contra Barcelona e Milan nas Copas Intercontinentais daqueles mesmos anos) deram o pontapé inicial a um inédito período de predomínio de clubes brasileiro na competição, com novas vitórias em 1995, 1997, 1998 e 1999. No primeiro campeonato mundial de clubes organizado pela FIFA, em janeiro de 2000, a final foi disputada pelos brasileiros Corinthians e Vasco da Gama. O momento mais

eloquente do torneio talvez tenha ocorrido ainda em sua primeira fase, quando o vice-campeão Vasco da Gama demoliu o campeão europeu, Manchester United, em uma vitória por 3x1, que não reflete fidedignamente a tamanho diferença de futebol exibida pelos dois esportes naquele dia.

Em 2002, ano da conquista do sexto mundial pela seleção, o país vivia possivelmente o melhor momento político de sua história. Em outubro seria eleito para a presidência da república o candidato de oposição Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1 de janeiro de 2003, ele tomava posse em substituição a Fernando Henrique Cardoso. Trata-se, até hoje, de momento único na história do país, em que se presenciou pela primeira vez algo banal que deveria ser banal em uma democracia: um chefe de governo eleito de forma totalmente democrática, com voto universal e secreto, que cumpriu integralmente seus dois mandatos presidenciais, foi sucedido por outro presidente eleito democraticamente que pôde também exercer até o último dia seus mandatos presidenciais. Nossas outras sucessões até hoje foram marcadas, infelizmente, por uma coleção de golpes, renúncias, *impeachments*, renúncias e suicídio. A inflação e a dívida pública do país seguiam sob controle e o PIB voltara a crescer de forma sustentada, ainda que modesta. O Brasil retomara alguns dos princípios da política externa independente dos anos 60. Reconhecera desde a redemocratização, tanto no âmbito interno como em fóruns multilaterais, seu enorme passivo social e ambiental, e mais, se tornara líder na discussão desses dois temas e de seu avanço na agenda internacional. A partir dos anos 90, começa a se estabelecer como um negociador hábil em discussões entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, em temas tão diversos como comércio internacional, desenvolvimento sustentável e propriedade intelectual.

Sobravam razões no Brasil, como se vê, para encarar o novo milênio com otimismo naqueles seus primeiros anos, quer na arena futebolística, quer na política e econômica. Antes de avançarmos no século XXI, abrimos aqui parênteses para uma rápida recapitulação da história futebolística do Brasil no século XX, e seus possíveis paralelos com a situação política e econômica do país, de forma a melhor poder entender os rumos que se trilharam neste século.

O futebol foi introduzido no Brasil no final do século XIX, principalmente pelas mãos (ou pés) de ingleses e descendentes de ingleses (embora exista um introdutor oficial, Charles Miller, o provável é que o nascimento do futebol brasileiro tenha mais de um pai, mais ou menos contemporâneos), quando o país vivia os primeiros anos de seu período republicano (o segundo Imperador do Brasil fora deposto em novembro de 1889). À exemplo do que acontecera na Inglaterra décadas antes, nesses primeiros anos o futebol era predominantemente uma atividade amadora dominada pela elite. O primeiro torneio oficial disputado em território nacional foi o Campeonato Paulista de 1902; dos cinco clubes participantes, três ainda existem e continuam a ser associações

desportivas e sociais das mais exclusivas da capital do Estado de São Paulo. Ao longo das décadas seguintes o esporte foi paulatinamente se popularizando. Trabalhadores e imigrantes de classe média e baixa criaram seus próprios clubes de futebol. Jogadores pardos e negros aos poucos começam a ser admitidos nos campos de jogo. Apenas com a profissionalização do esporte, início dos anos 1930, contudo, os futebolistas oriundos das classes mais altas perdem definitivamente seu protagonismo.

Talvez seja bastante simbólico que tenham sido os mais tradicionais clubes da elite de São Paulo a abandonar o futebol com o fim do amadorismo – um movimento que não se observa de modo tão claro em outros estados. A Revolução de 1930 capitaneada por Getúlio Vargas, e o fracasso da contrarrevolução paulista de 1932, marcam o fim do domínio político da elite paulista (e mineira) que marcou todo o período da República Velha.

A instabilidade política do Brasil nos anos 30 encontra paralelo no futebol. A Confederação Nacional de Desportos (CBD) nascera em 1916 por iniciativa das associações futebolísticas do Rio de Janeiro e São Paulo. Por muitos anos ainda sua função precípua seria a de organizar uma seleção brasileira de futebol. Todo o poder para organizar torneios domésticos residia com as ligas de clubes estaduais. Nos anos 30, essa atomização cresceria. Em Minas Gerais, Rio de Janeiro e, por um período mais largo, em São Paulo, foram criadas ligas alternativas, havendo mais de um “campeão estadual de futebol” sendo proclamado em várias ocasiões. Esse embate entre distintas ligas era resultado, principalmente, da concorrência entre times amadores e profissionais. À diferença do ocorrido em torneios sul-americanos da década anterior, as disputas entre clubes, ligas e federações que marcaram esse período impediram a CBD de enviar seleções com os melhores jogadores do país às duas primeiras Copas do Mundo, em 1930 e 1934.

Em 1937, Getúlio Vargas, então presidente democraticamente eleito do país, promoveu um autogolpe de Estado, dando início ao um período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Em sintonia com regimes de caráter semelhante na Europa, o Estado Novo foi marcado pela centralização do poder, nacionalismo, autoritarismo, censura, perseguição política e anticomunismo, mas também pela tentativa de modernização da economia e de industrialização capitaneadas pelo Estado, por grandes projetos de infraestrutura e pela consolidação de direitos trabalhistas. Direitos trabalhistas e industrialização restritos aos grandes centros urbanos; a massa de trabalhadores rurais, então ainda muito numerosos, não eram plenamente contemplados por essa nova legislação.

Não terá sido coincidência que foi em estádios de futebol, cuja popularidade crescia ano a ano, que Vargas organizou alguns de seus maiores eventos políticos. Participou, em 1940, da inauguração do estádio do Pacaembu em São Paulo, à época o maior do país. Em 1938, pela primeira vez o Brasil disputou uma Copa do Mundo com uma verdadeira seleção brasileira (ainda que, à época, isso fosse sinônimo de uma seleção de jogadores de clubes do Rio de Janeiro e, acessoriamente, de São Paulo). Naquele

ano, as ligas e clubes profissionais já haviam emergido vencedoras dos embates dos anos anteriores, já se haviam reunificado os torneios estaduais. O Brasil terminou em terceiro lugar a competição, que teve o brasileiro Leônidas da Silva por artilheiro. Durante os anos Vargas, o futebol se consolidou definitivamente como grande obsessão nacional, que perpassa todas classes sociais. Apesar da boa campanha em 1938, contudo, a seleção brasileira ainda não atingira o status de símbolo da identidade nacional que viria a assumir anos depois.

Em 1945, tiveram lugar o final da II Guerra Mundial – na qual haviam combatido, em seus meses finais, tropas brasileiras, ao lado dos vitoriosos Aliados – e a ditadura Vargas. O país iniciava ali sua primeira experiência verdadeiramente democrática, que duraria, no entanto, menos de vinte anos. Foram duas décadas, contudo, que transformaram o Brasil. Um período de rápida industrialização, de crescimento econômico, de intensos debates políticos, de muito otimismo sobre o futuro do país. Esse otimismo tem sua expressão mais evidente nos principais movimentos artístico-culturais do período: bossa nova, cinema novo, arquitetura modernista.

A exemplo do que ocorrera (e ocorreria) várias vezes ao longo da história brasileira, a modernidade que se implantava era incompleta e desigual. A erudição dos círculos intelectuais da elite carioca contrastava com o analfabetismo de boa parte da população brasileira. O grande impulso à indústria novamente se dava nos maiores e mais ricos centros urbanos, grande parte do país ainda era definido por relações de trabalho servis, por lavouras arcaicas.

Essa era dourada de efervescência cultural encontra par na evolução do futebol brasileiro. A transformação da seleção brasileira de futebol em ícone da brasilidade, e o início da era de ouro do futebol brasileiro, começam com uma tragédia, a derrota para o Uruguai na final da Copa do Mundo de 1950, disputada no Brasil. Tragédia não apenas pelo placar adverso, mas porque afloram explicações para o resultado calcadas no atávico racismo da sociedade brasileira. Os alvos, os jogadores negros e pardos, que careceriam das qualidades necessárias para serem vencedores. Um triste exemplo de teorias que atribuíam à mestiçagem todos os males nacionais.

A superstição, e um desejo de refundação, levaram a seleção brasileira a abandonar o uniforme branco com detalhes em azul que vestira desde 1919. Por concurso foi escolhido o icônico conjunto de camisas amarelas e calções azuis que se tornariam sinônimo de futebol brasileiro – e, em última instância, de Brasil – mundo afora.

Essa associação não teria acontecido, claro, se, ao longo dos anos 50, o Brasil não tivesse revelado possivelmente a maior geração de jogadores da história. Após desempenho apenas mediano no Mundial de 1954, Pelé, Garrincha, Didi, Nilton Santos, Djalma Santos, Zito e companhia conquistariam o bicampeonato Mundial em 1958 e 1962, o único grupo de jogadores a, até hoje, conseguir tal feito – a Itália bicampeã de 1938 tinha apenas quatro remanescentes de 1934; o Brasil de 1958 e 1962 tem catorze jogadores em comum. Atuando juntos pela seleção, Pelé e Garrincha, Apolo e Dionísio do futebol brasileiro, jamais sofreram uma derrota. A década seguinte testemunharia

o surgimento de uma safra de jogadores tão numerosos e talentosos quanto a anterior, tendo por expoentes Gérson, Tostão, Rivellino, Jairzinho e Carlos Alberto Torres.

Tampouco teria sido possível o êxito de 1958 se a modernidade, que era lema das artes e das administrações públicas da época, também não tivesse chegado à seleção brasileira. Não apenas do antigo azul e branco a seleção se despiu nos anos 1950 em favor do novo amarelo, azul e verde. A preparação amadorística de 1950 (que se repetira em 1954, em grande medida) foi substituída em 1958 por um corpo técnico profissional, moderno, “científico”. Incorporavam-se à equipe técnica, além de preparados físicos e massagistas, médicos, dentistas, psicólogos.

Em 1959, logo após a primeira conquista mundial, tem lugar algo inédito no futebol. Um torneio oficial envolvendo times de vários estados do país. Nos anos anteriores, já se haviam disputado competições interestaduais, como o Torneio Rio-São Paulo (que no final dos anos 60 seria expandido para incorporar times de alguns outros estados). Mas, somente com a criação da Taça Brasil, surge a possibilidade de confrontos oficiais em escala nacional. A iniciativa decorre da criação da Copa Libertadores da América. Era necessário existir um mecanismo para a determinação dos representantes brasileiros na competição sul-americana de clubes. A Taça Brasil era disputada em sistema de jogos eliminatórios, e dela participavam os vencedores dos campeonatos estaduais. Ainda tardaria alguns anos para que um campeonato nacional mais abrangente, envolvendo todos grandes clubes nacionais, fosse criado, e mais anos ainda para que as competições nacionais se tornassem mais populares que os torneios estaduais. Apesar de dominada por Santos e Palmeiras (ambos de São Paulo), a Taça Brasil foi também vencida por Bahia (na primeira edição) e Cruzeiro (de Minas Gerais), rompendo de vez o duopólio de Rio e São Paulo no imaginário futebolístico nacional. Também a partir dos anos 60 se tornam mais frequentes as convocações de jogadores de times de outros estados para a seleção brasileira (antes os exemplos são raríssimos; entre todos jogadores convocados para os Mundiais de 1930 a 1962, apenas um par de atletas do Internacional de Porto Alegre chamados para 1950 não provinham de clubes cariocas ou paulistas).

O ano de 1970 talvez marque o principal descompasso entre os momentos vividos pela seleção brasileira e o país em seu todo. Mas, mesmo essa dissonância nos permite fazer algumas importantes observações. O golpe militar ocorrido em 1964 tolhera progressivamente liberdades políticas e civis, chegando ao ponto máximo de autoritarismo a partir da promulgação do Ato Institucional número 5 no final de 1968. A seleção de futebol que encantaria o mundo no ano seguinte, começou a ser formada nos jogos eliminatórios de 1969, pelas mãos do comunista João Saldanha. O técnico e jornalista ajudou a forjar um esquema tático no qual os meio-campistas e atacantes não guardavam posições fixas. Seria sacado do comando da seleção antes da disputa do Mundial. Legou um estilo de jogo pleno de alegria, liberdade e beleza, que contrastava brutalmente com violenta repressão pelo estado da guerrilha de resistência, repressão essa que vivia seu ápice exatamente nesse período.

Vários opositores do regime militar, militantes ou não de esquerda, advogaram à época que se torcesse contra a seleção brasileira em 1970, pois que os militares no poder buscavam se apropriar do êxito e simbologia da Canarinho para reforçar politicamente o regime. O apelo popular da seleção, porém, era então forte o suficiente para que a campanha tivesse pouca adesão. Vários desses militantes eles próprios acabaram por se render ao futebol da campeã mundial e a celebrar a vitória sobre a Itália na final.

A lógica por trás da campanha não era incorreta, há que se dizer. Foi evidente o uso político do futebol pelos militares ao longo dos anos 1970. Na esteira da euforia da conquista no México, e do crescimento econômico experimentado pelo país naqueles anos, em 1971 foi disputado o primeiro torneio no Brasil a ostentar o nome de Campeonato Brasileiro de Futebol. Incluía não apenas todos os times mais populares e poderosos do país, mas times de vários estados do Brasil – superando as limitações da Taça Brasil e do Rio-São Paulo expandido (Taça de Prata/Torneio Roberto Gomes Pedrosa) que havia sido organizado entre 1967 e 1970. A motivação política era sempre evidente. O número de clubes participantes crescia à medida que aumentava em muitas regiões do Brasil a insatisfação popular com o regime militar. A prática se sintetizava com a máxima “onde a Arena (partido do governo) vai mal; (mais) um time no (campeonato) nacional”. O campeonato atendia, ademais, a uma recorrente obsessão dos militares brasileiros, a “integração” nacional – que está também na origem de projetos de incentivo à ocupação da Amazônia e da expansão da fronteira agrícola brasileira, de apoio ao fortalecimento e consolidação de companhias aéreas e redes de televisão de atuação nacional. Um novo torneio foi um êxito imediato. Mas, por décadas ainda disputaria a preferência dos torcedores com os tradicionais campeonatos regionais. Estes passariam, nos grandes centros, definitivamente a um segundo plano apenas ao longo dos anos 90.

O futebol mormente gris da seleção brasileira no correr dos anos 70 contrastava com essa efervescência futebolística doméstica, mas em muito refletia o cinzento momento do país, no qual persistia a falta de liberdade política e se sedimentava o divórcio entre governo e sociedade. A partir do final da década, a situação do país se agrava ainda mais por conta de uma persistente crise econômica, que se arrastaria por mais de quinze anos. A crise tinha três vertentes principais: o crescimento descontrolado do nível de endividamento externo e dos índices de inflação, e o esgotamento de um modelo de industrialização baseado na substituição de importações capitaneado por empresas estatais.

O belo, mas no final das contas malogrado, futebol exibido pela seleção brasileira na Espanha, em 1982, em algo espelhava o caudaloso movimento popular – Diretas Já – que pedia pelo fim da ditadura militar e pela convocação de eleições diretas para a presidência da República. Sócrates, capitão da seleção de 82, foi participante ativo das Diretas Já, que tiveram início em 1983, mas que também fracassaram no ano seguinte em alcançar seu objetivo.

A redemocratização do Brasil começaria de fato, apenas, com a eleição de uma Assembleia Constituinte, cujo trabalho iniciado em 1987 redundou na promulgação da Constituição de 1988. Foi sob a égide desse novo ordenamento jurídico que se realizaram as eleições gerais de 1989. O ano de 1987 é de profundo significado para o futebol brasileiro, também. Foi naquele então que os treze maiores clubes do Brasil se rebelaram contra a Confederação Brasileira de Futebol e decidiram organizar um campeonato brasileiro com elenco fixo de contendores, não mais a ser determinado pelos resultados dos torneios estaduais. Nisso, contavam com o apoio da principal rede de televisão do país – esse dado é fundamental; é a partir desse momento que os direitos de transmissão de partidas passam a ser uma importante fonte de receita para clubes brasileiros. A ideia era organizar o campeonato em diversas divisões, com acessos e descensos, um número manejável de participantes – em oposição aos mastodônticos torneios de até então – e propiciar um calendário mais racional ao futebol brasileiro. O torneio teria uma fase classificatória, em que todos times se enfrentariam, e uma fase de eliminatórias. Pelos próximos quinze anos, a fórmula de disputa do campeonato variaria bastante, em geral tendo por base esse tema principal. Seriam quinze anos nada tranquilos, porém, com vários torneios sendo objeto de contestação judicial.

Na esteira da reabertura do mercado italiano de futebol para jogadores estrangeiros, a partir de 1983, pela primeira vez tem lugar um êxodo maciço de grandes jogadores brasileiros para o exterior. Sempre houvera um pequeno fluxo de futebolistas do Brasil para Itália, Espanha ou Argentina. Tratava-se, contudo, de contingentes pequenos. A partir dessa data passa a ser algo corriqueiro uma transferência para clubes estrangeiros. Num primeiro momento esse fluxo se dá para os grandes centros futebolísticos. Com o passar dos anos passa-se a encontrar grandes quantidades de brasileiros em praticamente todos mercados futebolísticos pelo mundo. Os números de atletas que deixam o país em uma temporada passam de um punhado para dezenas, para centenas. Se em 1982 havia apenas dois jogadores que atuavam no exterior no elenco da seleção brasileira, em 1990 já eram onze os “estrangeiros” convocados para disputar a Copa do Mundo pelo Brasil, e, em 2020, vinte.

Na década de 1980, também, a falta de perspectiva econômica dá início à primeira migração em massa de brasileiros para o exterior, que partem em busca de oportunidades de emprego quer em países ricos da América do Norte, da Europa e no Japão, quer em outros países latino-americanos, como o Paraguai. Tradicionalmente um país receptor de imigrantes de várias partes do globo, o Brasil passa a ser conhecido também pelas numerosas comunidades de emigrantes em todos os cantos do mundo.

Poucas vezes uma seleção gerou tanto otimismo junto à torcida brasileira quanto o time que se preparava para disputar a Mundial de 2006 na Alemanha. Talvez fosse inevitável. O Brasil ganhara três das duas últimas Copas e fora vice de outra. Ronaldinho tinha

sido escolhido melhor jogador do ano pela FIFA em 2004 e 2005. Ronaldo Nazário o fora em 2002. Kaká já atuava com destaque no Milan e ganharia o prêmio da FIFA no ano seguinte. Cafu, o capitão do time, era o único jogador da história a disputar três finais de Copa do Mundo seguidas. Roberto Carlos, Lúcio, Juninho, Zé Roberto, Dida, Adriano, todos estavam entre os melhores do mundo em suas posições e entre os principais jogadores de seus times – todos grandes clubes europeus. Na Copa das Confederações, disputada no ano anterior, o Brasil vencera com grandes atuações contra a Alemanha e a Argentina e conquistara o título. Aquela geração era tida por analistas no Brasil e no exterior como das melhores da história brasileira, digna de ser enunciada num mesmo fôlego junto aos times de 1958/1962, 1970 ou 1982.

Os sinais emanados pelo futebol brasileiro, no entanto, eram mistos. Desde 2003, o Campeonato Brasileiro passara a ser disputado em turno e retorno, a exemplo das principais ligas europeias, o campeão sendo o time que mais pontos obtiver durante a disputa. Em 2006 o torneio chegara finalmente a ter apenas vinte clubes, número considerado então ideal e que até hoje se mantém. A Copa do Brasil, criada no final dos anos 80, também de acordo com o modelo europeu, passava a ser a única competição nacional em jogos eliminatórios, reunindo clubes de várias divisões. Os campeonatos estaduais, que por tanto tempo haviam dominado o futebol brasileiro, passaram então definitivamente a desempenhar um papel secundário; sua relevância subsistiria apenas junto a times aliados da disputa das principais divisões do futebol nacional. Era incrementada ano a ano a verba oriunda da venda dos direitos de transmissão do campeonato.

Essa modernização do futebol brasileiro, contudo, não ocorrera sem custos e estava longe de ser completa. Se por um lado fortaleciam-se a liga nacional e os maiores clubes, por outro minguavam os clubes médios e pequenos, relegados aos esvaziados torneios regionais e sem acesso a verbas de televisão ou apoio estatal. Um fenômeno agravado por uma crescente concentração dos proventos dos direitos de transmissão de jogos nas mãos de um punhado de agremiações. Se os formatos do Campeonato e da Copa do Brasil emulavam os dos grandes centros europeus, o mesmo ocorria com o calendário do futebol brasileiro. Os jogos das competições regionais, nacionais e internacionais continuavam a obrigar os grandes clubes a uma quantidade insalubre de jogos (uma triste constante no futebol brasileiro), situação tornada ainda mais grave pelo fato de não se programarem pausas nas competições nas datas reservadas para jogos da seleção nacional. O que obrigava (e segue obrigando) os grandes clubes a atuar desfalcados sempre que havia uma convocação do selecionado nacional. Esse é um dado importante a se ter em mente. Os maiores clubes brasileiros, já muito mais pobres de talentos que no passado, perdiam suas poucas estrelas para a seleção brasileira, por vezes por muitas rodadas de competições importantes. Se no passado ter um jogador de seu time convocado para a Canarinho era motivo de orgulho, crescentemente passava a ser motivo de irritação. Não tardaria a que a própria seleção brasileira passasse a ser alvo dessa exasperação.

A profissionalização do futebol brasileiro nunca chegara a seus dirigentes, no mor das vezes amadores bem intencionados sem capacidade administrativa, cínicos oportunistas que vislumbram no futebol plataforma ideal para lançamento de carreiras políticas, mecenas inconstantes e, muitas vezes, meros golpistas, tentando obter algum lucro fácil. O Brasil buscava superar o atraso por meio da implantação imperfeita de uma modernidade nunca totalmente compreendida ou assimilada.

E, claro, houve 2005. Pela primeira vez na história do futebol brasileiro foi comprovada a existência de um grande esquema de manipulação de resultados de jogos de futebol, via corrupção de árbitros do quadro de árbitros da CBF. O ano de 2005 na política nacional também seria marcado pela descoberta de um grande esquema de corrupção. A isto mais tarde voltaremos.

O resultado final de 2006, uma derrota para a França nas quartas de final, porém, não pode em retrospecto ser visto como surpreendente. Muitos dos principais jogadores já davam sinais de decadência, quer pelo peso da idade, caso de Cafu e Roberto Carlos, por problemas psicológicos, Adriano, ou mesmo por falta aparente de motivação e afinco nos treinamentos, Ronaldo e Ronaldinho. A preparação para o torneio fora displicente, o corpo técnico sem demonstrar qualquer tipo de ascendência sobre o grupo de jogadores ou qualquer plano claro de jogo. O fausto das semanas de preparação acabou por redundar um futebol pobre desde o primeiro jogo do Brasil na Copa. No final das contas, inesperada teria sido uma vitória sobre a França.

Talvez nesse dia tenha começado a ficar evidente uma outra derrota da seleção brasileira, no plano simbólico. O time francês que novamente nos superara, a exemplo se 1998, não era mais um time de homens brancos, descendentes dos senhores do império galo, mas um time multiétnico, que contava entre seus principais destaques os filhos e netos de imigrantes das ex-colônias francesas da África, ou descendentes de escravos dos departamentos ultramarinos da França no Caribe. As seleções da Inglaterra, Holanda e Portugal (e pioneira dentre as europeias) há tempos já exibiam uma face semelhante. Não tardaria muito para que os filhos de imigrantes da África, Ásia e Américas passassem também a ser protagonistas nos times da Bélgica, Alemanha e até mesmo Espanha e Itália. O Brasil não era mais o óbvio destino do olhar cúmplice dos cidadãos de outros países em desenvolvimento. Assim a Canarinho se despia de um importante elemento de sua mística.

Aquele torneio prenunciava, ademais, os sombrios tempos vindouros. Para o Mundial de 2010 o Brasil levou um time mais disciplinado taticamente, mas de qualidade técnica notadamente inferior. O resultado final, o mesmo, derrota nas quartas de final para aquele que seria o time que acabaria o torneio como vice-campeão. O nível dos jogadores seria ainda inferior em 2014, talvez o elenco menos dotado tecnicamente que o Brasil enviou a um Campeonato Mundial no pós-Guerra. O destino daquele time não teria sido tão eloquente não estivesse sendo o torneio disputado no Brasil. Pela segunda vez na história, o Brasil era anfitrião da Copa do Mundo. Pela segunda vez falhava miseravelmente na empreitada de vencê-lo perante sua torcida. Mas se a

euforia de 1950 era feita de esperança e alegria, início claudicante do que seria uma era dourada, a de 2014 era algo forçada, ressentida, artificial, parte de um inexorável processo de decadência. A tragédia da final do Maracanã era reencenada com tons farsescos na semifinal do Mineirão, um agônico 1x2 contra o Uruguai inflado para um ridículo 1x7 contra a Alemanha.

Os sete gols sofridos contra a Alemanha limaram da seleção brasileira de mais um elemento da mística a que aqui já algumas vezes se aludiu. Não se tratava mais dos reis do futebol, do time mais bem sucedido das histórias das Copas do Mundo. Mas de uma equipe comum, que poderia eventualmente ganhar, mas para a qual derrotas, inclusive as mais infames, passavam a ser definitivamente algo cotidiano.

Desde os anos 80, só fizera crescer o número de jogadores que deixava o país para atuar em clubes estrangeiros. Não era apenas a quantidade de jogadores que aumentava ano a ano, nem o número de países de destino; eram cada vez mais jovens os futebolistas que saíam do Brasil em busca de oportunidades de emprego. Isso viria a afetar, além do nível médio do futebol brasileiro, a própria formação de jogadores no país. A fragilidade técnica exibida em 2014 possivelmente tem relação direta com esse fenômeno.

Durante décadas o jogador brasileiro se criava de forma espontânea, anárquica, sua habilidade burilada nas praias, nas ruas, nos campos de terra em fazendas, nos torneios amadores disputados nas várzeas dos rios – futebol de várzea até hoje é um sinônimo de futebol amador no Brasil. Mais tarde, em especial a partir dos anos 60, o futebol de salão começaria a desempenhar papel importante na formação de jogadores. Aos poucos os grandes clubes passaram a organizar suas divisões de base. Por décadas, contudo, havia nelas pouca preocupação com evolução técnica, tática ou mesmo física dos jogadores. A habilidade adquirida informalmente parecia bastar. Foi possivelmente nos anos 70 que o trabalho nos clubes junto a jovens jogadores começou de fato a se profissionalizar. É possível divisar alguns motivos para tanto. Essa profissionalização já antes se dera na Europa, estava na base, por exemplo, da evolução do futebol holandês; era inevitável que a tendência, ainda que tardiamente (e de modo algo imperfeito), acabasse por influenciar os clubes brasileiros. Concomitantemente, o rápido e caótico processo de urbanização das cidades brasileiras redundou no desaparecimento de espaços públicos de socialização e prática desportiva, em especial nos bairros mais pobres. Os clubes não mais podiam se fiar na chegada de jogadores semi-formados a suas divisões de base. Subia, ademais, ano a ano, o custo de aquisição de bons jogadores, mesmo junto a clubes menores. Formar seus próprios atletas era, cada vez mais um imperativo econômico.

Este ponto é fundamental. Com o início do êxodo dos anos 80, era necessário formar jogadores jovens para substituir os ídolos que partiam. Logo, vários clubes passaram a formar jogadores exclusivamente para lucrar com sua venda ao exterior. A princípio esse movimento se deu em alguns times pequenos, mas não tardou muito a chegar aos clubes maiores. Se inicialmente as vendas para o exterior eram um problema para os

clubes grandes, paulatinamente se fizeram necessárias para sua própria sobrevivência – os valores com elas apurados sendo aplicados na contratação de jogadores de equipes de menor expressão e na formação de novos jogadores, que, caso demonstrassem qualidades, acabariam por ser eles também vendidos. O foco se concentra cada vez mais na preparação de atletas para a venda no mercado internacional, e não na de futuros destaques do time que os formava. Em outras palavras, privilegiam-se atletas que possuam mercado fácil, não aqueles que possam vir a suprir as carências técnicas e táticas da equipe que os forma. Dentro dessa lógica, é necessário encontrar jogadores que amadureçam fisicamente de modo precoce – o que garante um retorno rápido ao investimento. E jogadores que se adequem a padrões pré-determinados, previsíveis.

Se 2006 é um marco na decadência do futebol brasileiro, na política e economia as coisas aparentavam ir de vento em popa. Naquele ano o Presidente Lula seria reeleito, seus índices de popularidade só faziam subir e se manteriam em patamar alto até o final de seu mandato – essa popularidade lhe permitira eleger sua sucessora em 2010, Dilma Rousseff. Esses altos índices de popularidade se podem atribuir a uma bem sucedida política de governo que combinava programas sociais abrangentes e ortodoxia fiscal, mas também pela fortuna de um bom momento para as exportações de commodities brasileiras. O PIB crescia e os índices de pobreza minguavam. O Brasil superaria com mais rapidez que a maioria dos países a crise econômica de 2008-09. Em 2009, a revista *The Economist* publicaria sua célebre capa com o Cristo Redentor decolando como um foguete. No plano internacional, o Brasil chagava quase a padecer de hiperatividade: criava novos fóruns de discussão internacional, hospedava grandes encontros multilaterais, atuava como intermediário em negociação entre países em desenvolvimento e desenvolvidos. Era evidente a busca constante por protagonismo, quer no nível regional como mundial.

Mas as rachaduras nesse edifício de êxito já eram visíveis em 2006, e vão ficando progressivamente mais evidentes. Assim como no caso do futebol, 2005 foi marcado pelo primeiro de uma série de escândalos de corrupção que abalariam de forma crescente a política e a economia do país por mais de uma década. O incremento do Produto Interno Bruto e a diminuição da pobreza não redundaram em diminuição significativa da desigualdade (alguns estudos indicam que levaram mesmo a seu aprofundamento) nem de aprimoramento de serviços e equipamentos públicos. A disciplina fiscal que garantira o êxito do primeiro mandato de Lula vai aos poucos sendo abandonada, movimento que se intensifica a partir de 2009. Após a saída de Lula da Presidência, o país se vai retraindo pouco a pouco no cenário internacional, findando por regredir ao papel secundário que lhe cabia décadas atrás. A trajetória da seleção brasileira de 2006, que num par de meses passara do êxito arrogante ao fracasso, talvez possa ser vista como prenúncio e síntese dos 15 anos seguintes da história do país.

Outros textos deste volume tratam com muito mais vagar e competência das grandes demonstrações públicas de junho de 2013, a primeira de uma série de manifestações populares que teriam lugar nos anos subsequentes. Ressaltam-se

aqui alguns aspectos desses mais relevantes para o que se propõe este texto. Dentre a miríade de pautas (muitas vezes contraditórias) que estavam no bojo dos movimentos populares de 2013, um movimento espontâneo sem uma clara vinculação partidária ou ideológica de insatisfação com o estado do Estado brasileiro, tinha bastante proeminência a exasperação com as obras relativas à Copa do Mundo que o país sediaria no ano seguinte. Obras custosas, cuja aparente frivolidade soava absurda diante da crise fiscal que o país começava a viver: novos estádios, muito deles sem utilidade clara uma vez finda a competição, financiados com recurso públicos subsidiados; obras de mobilidade urbana (previamente vendidas como um grande legado da Copa do Mundo) atrasadas e superfaturadas (as empreiteiras contratadas para sua construção seriam protagonistas nos anos seguintes dos mal feitos investigados pela Operação Lava-Jato). Além disso, para dar lugar aos canteiros de obras, moradores de baixa renda das grandes cidades haviam sido removidos à força de suas casas – espelhando o ocorrido com as populações ribeirinhas amazônicas deslocadas para possibilitar a construção da igualmente impopular e contestada usina hidrelétrica de Belo Monte.

De modo quase concomitante às demonstrações, tinha lugar no Brasil a Copa das Confederações, hoje moribundo torneio da FIFA, que fazia as vezes de ensaio-geral da Copa do Mundo desde o final dos anos 90. A vitória do Brasil na final, superando a então campeã mundial Espanha, tida como uma das melhores seleções nacionais da história. O título foi recebido, pela maior parte da população, com pouco entusiasmo, o grito de vitória praticamente convertido em um muxoxo, em evidente contraste com a triunfo na mesma competição em 2005.

Mas ainda havia um último elemento simbólico da seleção do Brasil a ser varrido pela marcha inexorável dos acontecimentos. Se as manifestações de 2013 não tinham norte ideológico ou partidário unívoco, o mesmo não se pode dizer daquelas que ocorreram entre 2015 e 2016. Nestas, não apenas era evidente a oposição ao governo federal, explicitamente a bandeira principal do movimento era o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Primeiro de forma espontânea, mas logo de maneira consciente e organizada, a camisa da seleção brasileira foi adotada como uniforme das manifestações, cujo caráter era crescentemente conservador. As cores da camisa, e da bandeira nacional, em última instância, eram envergadas em oposição ao que seria a cor do Governo, o vermelho da bandeira do Partido dos Trabalhadores. De acordo com o discurso conservador, esse embate cromático simbolizava a reconquista do país. Nas celebrações públicas do *impeachment* de Dilma e da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, estaria onipresente a Amarelinha. Vestir a camisa da seleção, doravante, não tinha mais por objetivo principal demonstrar apoio à equipe nacional, ou, mais além, ostentar sua brasilidade, sua ideia de pertencimento a um país. Seu sentido fora desidratado a mera sinalização de opção ideológica, ou política. O esvaziamento simbólico de seu uniforme não poderia não atingir a própria seleção.

O Brasil teria desempenho e campanha razoáveis na Copa do Mundo em 2018. A maior parte da população ainda assistiria às partidas. A torcida, porém, seria quase burocrática. A tristeza pela derrota extremamente fugaz, já esquecida na hora do jantar.

Semanas atrás, houve partida da seleção brasileira pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2022 contra o selecionado peruano, em Lima. A aquisição dos direitos de transmissão da partida para o Brasil não despertara o interesse de nenhuma rede privada de televisão do país. Apenas a intervenção na undécima hora de um canal de televisão público – determinada pelo Presidente da República – garantiu que a peleja pudesse ser vista por um contingente não muito numeroso de brasileiros. Só me lembrei da existência da partida por conta de um comentário de um amigo numa rede social – exatamente sobre a bizarra intervenção federal na compra dos direitos de transmissão. É verdade que resido no exterior (onde assino dezenas de canais esportivos na TV), mas algo parecido ocorreu com vários conhecidos, todos eles igualmente fanáticos por futebol, que moram no Brasil. Minha ignorância em nada me surpreendeu. Muito diferente de 1993, quando ela me parecia quase indesculpável. E, quando até a TV marroquina se interessava por jogos da seleção brasileira.